

# CADERNO DE QUESTÕES VESPERTINO



CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL N.º 001/2026  
02 de agosto de 2026

NOME:

CARGO: CONTROLADOR INTERNO

LOCAL:

SALA:

## INSTRUÇÕES

### 1) Conferência inicial

Verifique seu **nome e o cargo indicado** da capa deste caderno e leia atentamente as instruções.

### 2) Composição do caderno *(confira após o início da prova)*

- Contém **50 (cinquenta) questões objetivas**.
- Todas as questões são de múltipla escolha, com cinco alternativas cada (A, B, C, D e E).
- É permitido fazer anotações, cálculos, riscos e observações exclusivamente neste Caderno.

### 3) Cartão-Resposta

Confira se o seu **nome, número de inscrição, data de nascimento, CPF e cargo** estão corretos. Caso identifique que o Cartão-Resposta não corresponde aos seus dados, comunique imediatamente ao fiscal **para que seja providenciada a substituição**. O fiscal não está autorizado a alterar informações impressas, e não serão aceitas reclamações posteriores. O preenchimento do Cartão-Resposta é de sua inteira responsabilidade. Não haverá substituição em caso de erro de preenchimento.

### 4) Material permitido

É obrigatório o uso exclusivo de caneta esferográfica fabricada em material transparente, com tinta azul ou preta.

### 5) Duração da prova

A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo destinado ao preenchimento do Cartão-Resposta.

### 6) Regras de saída

- Ao término da prova, entregue **obrigatoriamente** ao fiscal o Cartão-Resposta e este Caderno de Questões.
- A saída definitiva da sala somente será permitida após **1 (uma) hora** do início da prova.
- É permitido levar apenas a folha intermediária de respostas, localizada na última página deste caderno, desde que contenha exclusivamente as alternativas assinaladas, sendo vedadas quaisquer outras anotações.
- Os **3 (três) últimos candidatos** somente poderão se retirar da sala simultaneamente.

### 7) Assinaturas

Escreva seu nome completo e assine na capa deste Caderno, e assine também no local indicado no Cartão-Resposta.

**BOA PROVA!**



EDITAL N.º 001/2026

## CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

**CARGOS: Procurador Jurídico  
e Controlador Interno**



Nome completo: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 4.

### COMO A MISOGINIA DESQUALIFICA MULHERES EM ESPAÇOS DE PODER

Comentários aparentemente banais produzem um deslocamento simbólico importante: a mulher deixa de ser interlocutora legítima para se tornar alguém a ser ridicularizada ou diminuída

*Juliana Kaiser — 29 de maio de 2026*

"Faz um B.O., querida!"

A frase acima foi dirigida a mim dias atrás em um grupo de WhatsApp formado por pessoas que tiveram a oportunidade de acessar a universidade fora do Brasil. Veio de um homem, após eu defender a necessidade de pensar estratégias mais inclusivas para pessoas em situação de vulnerabilidade social. O episódio poderia parecer banal ou isolado. Mas não é.

Expressões como "flor", "querida", "diva" ou "amorzinho" aparecem frequentemente em ambientes profissionais e acadêmicos como formas aparentemente inofensivas de interação. No entanto, quando usadas em contextos de discórdância, podem funcionar como mecanismos de infantilização e deslegitimação da fala feminina.

Essa misoginia raramente se apresenta apenas por meio de agressões explícitas. Em muitos casos, ela opera de forma simbólica e cotidiana: no tom condescendente, na ironia, na tentativa de transformar mulheres assertivas em figuras "emocionais", "agressivas" ou "difíceis". Quando o ataque vem travestido de humor ou informalidade, a reação feminina costuma ser percebida como exagerada.

Nos últimos anos, diferentes pesquisas têm demonstrado que mulheres seguem enfrentando barreiras estruturais para ocupar e permanecer em espaços de liderança. Dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2024 mostram que, embora as mulheres brasileiras tenham, em média, maior escolaridade do que os homens, elas ocupam apenas 39,3% dos cargos gerenciais do país e seguem recebendo salários inferiores mesmo em funções equivalentes.

As desigualdades tornam-se ainda mais profundas quando raça e origem social entram na análise. O relatório "Perfil social, racial e de gênero das 1.100 maiores empresas do Brasil", divulgado pelo Instituto Ethos em 2024, mostra que mulheres negras ocupam apenas 1,8% dos assentos em conselhos de administração e 3,4% dos cargos executivos das maiores empresas brasileiras.

A desigualdade aparece também na política. Apesar de representarem mais da metade da população brasileira, mulheres seguem sendo minoria nos espaços institucionais de poder. Negras, indígenas e periféricas enfrentam obstáculos ainda maiores para acessar estruturas partidárias, financiamento de campanha e

visibilidade pública.

Esse cenário ajuda a compreender por que a violência política de gênero ganhou centralidade no debate público nos últimos anos. Em 2021, o Brasil aprovou uma legislação específica para combater a violência política contra mulheres, reconhecendo práticas de constrangimento, humilhação ou intimidação voltadas a dificultar sua atuação em espaços de poder. Mais recentemente, o chamado "PL da Misoginia" recolocou o tema em evidência.

Mas a misoginia cotidiana não acontece apenas nos parlamentos ou nas redes sociais. Ela atravessa universidades, empresas, redações, grupos de WhatsApp e ambientes intelectuais que, muitas vezes, se imaginam progressistas e democráticos. A socióloga norte-americana Rosabeth Moss Kanter já demonstrava, desde os anos 1970, como mulheres em espaços historicamente masculinos tendem a ser submetidas a processos constantes de vigilância e deslegitimação. Décadas depois, o problema permanece atual.

Estudos internacionais sobre liderança mostram que homens assertivos costumam ser percebidos como firmes e preparados, enquanto mulheres com o mesmo comportamento frequentemente recebem avaliações negativas associadas à arrogância ou instabilidade emocional. Aquilo que é reconhecido como liderança em homens muitas vezes aparece como inadequação em mulheres.

Os efeitos desse processo não são apenas individuais. Eles produzem desgaste contínuo e ajudam a explicar por que tantas mulheres se afastam de ambientes de liderança, debate e poder institucional. A necessidade constante de reafirmar a legitimidade da própria voz cria um ambiente de exaustão silenciosa.

Em minha pesquisa de doutorado sobre gênero, pobreza e raça, tenho encontrado um elemento recorrente: mulheres — sobretudo negras e oriundas de contextos de vulnerabilidade social — frequentemente crescem sem se perceber como sujeitos possíveis de influência e poder. A desigualdade não opera apenas no acesso material aos espaços; ela também atua sobre as expectativas e sobre a capacidade de imaginar pertencimento.

Pierre Bourdieu já apontava que estruturas de dominação tendem a se reproduzir também por mecanismos simbólicos. Determinados grupos aprendem, desde cedo, quais lugares lhes parecem possíveis ou legítimos. Quando mulheres pobres, negras ou periféricas chegam a espaços de prestígio acadêmico ou institucional, frequentemente carregam consigo a sensação de não pertencimento produzida por uma longa trajetória de exclusão.

Foi justamente esse o sentido do meu questionamento no grupo de WhatsApp, aquele que foi respondido com a frase misógina do começo deste artigo: o de discutir quais estratégias poderiam ser construídas para promover inclusão social de forma efetiva. Além de não buscar enfrentar o conteúdo da discussão, a resposta que recebi a deslocou para um registro de

desqualificação pessoal travestido de informalidade.

O problema é que episódios como esse dificilmente aparecem como violência evidente. Não há ameaças explícitas ou agressões físicas. Há apenas um comentário aparentemente banal que produz um deslocamento simbólico importante: a mulher deixa de ser interlocutora legítima para se tornar alguém a ser ridicularizada ou diminuída.

As redes sociais e os aplicativos de mensagem ampliaram ainda mais esse fenômeno. Mulheres que ocupam espaços públicos de fala — jornalistas, pesquisadoras, políticas ou ativistas — tornaram-se alvos recorrentes de ataques coordenados e campanhas de intimidação.

Reconhecer essas práticas não significa exagerar conflitos cotidianos nem impedir divergências. Discordâncias são parte essencial da vida democrática. O problema começa quando o debate deixa de enfrentar argumentos para atuar na tentativa de diminuir ou deslegitimar quem fala.

A misoginia cotidiana não se sustenta apenas em grandes episódios de violência. Ela se reproduz, sobretudo, nos pequenos gestos que buscam reduzir a autoridade da fala feminina em espaços públicos, profissionais e intelectuais.

Reconhecer essas práticas é importante não apenas para proteger mulheres, mas para qualificar o próprio debate público. Afinal, sociedades democráticas dependem da possibilidade de que diferentes vozes possam participar da esfera pública sem que sua legitimidade seja constantemente colocada em suspeição.

Juliana Kaiser é doutoranda e pesquisadora das relações entre gênero, pobreza e raça na University College London. Estuda participação feminina em espaços de poder, ambição e desigualdade social, com foco nas experiências de mulheres em contextos de vulnerabilidade.

Disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2026/05/29/misoginia-lei-machista-lideranca-feminina-mulheres-em-espacos-de-poder>. Acesso em 16 jun. 2026. Adaptado.)

## Questão 01

(Correta: E)

A leitura e a interpretação de um texto não acontecem apenas considerando o que está materializado linguisticamente na superfície textual. Interpretar um texto demanda do leitor conhecimentos prévios, habilidade de fazer inferências, entre outras habilidades. A partir da leitura do texto como um todo e não apenas de partes pontuais, analise as sentenças a seguir:

I. De acordo com a autora, as mulheres enfrentam barreiras estruturais para ocuparem e permanecerem em espaços de liderança. Essa desigualdade se aprofunda

ao considerar aspectos como raça, origem social e política. Nos espaços institucionais de poder, as mulheres são minoria, mesmo representando mais da metade da população brasileira.

II. Nos contextos de liderança, é comum haver dois pesos e duas medidas quando o assunto é o comportamento de quem lidera. A autora constatou que homens que demonstram segurança, decisão e firmeza nas atitudes e palavras são reconhecidos como líderes firmes e preparados; essa mesma postura costuma ser vista como inadequada para líderes mulheres, reconhecidas como arrogantes ou instáveis emocionalmente.

III. Uma das percepções da autora, ao estudar gênero, pobreza e raça, é sobre a noção de pertencimento, especialmente das mulheres negras e em vulnerabilidade social. No geral, a autora constatou que elas não se veem como sujeitos que podem ocupar lugares de influência e de poder.

De acordo com o texto, é correto o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

## Questão 02

(Correta: D)

De acordo com Cunha e Cintra, certas conjunções coordenativas podem, no discurso, assumir variados matizes significativos de acordo com a relação que estabelecem entre as palavras e orações coordenadas, ou seja, o sentido das conjunções, ainda que possa ser típico, ele será realmente dado pelo contexto em que a conjunção é dada. É o que acontece no excerto a seguir, em que a conjunção "mas", considerada tipicamente adversativa, tem valor aditivo:

"Reconhecer essas práticas é importante não apenas para proteger mulheres, **mas** para qualificar o próprio debate público."

Analise as sentenças a seguir, considerando as conjunções destacadas e a relação de sentido construída entre as orações. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

( ) "Tanto tenho estudado **e** não sei nada." — A conjunção estabelece uma relação adversativa.

( ) "Qualquer movimento, **e** colocará tudo a perder." — A conjunção estabelece um sentido de consequência.

( ) "Depois de tanta luta para sobreviver, uma luz bruxuleante **mas** teimosa insistia em brilhar em seus olhos." — A conjunção indica uma atenuação ou compensação.

( ) "Continuou a conversa interrompida com aquela pessoa que tinha olhos vívidos e atentos, **mas** uma terrível falta de ouvido, afinal, não se pode ter tudo." — A conjunção estabelece o sentido de restrição.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F – F – V – F.
- (B) V – V – V – F.
- (C) F – F – F – V.
- (D) V – V – V – V.
- (E) V – F – F – F.

### Questão 03

(Correta: D)

De acordo com Evanildo Bechara, os sinais de pontuação são um sistema de reforço da escrita, constituído de sinais sintáticos, destinados a organizar as relações e a proporção das partes do discurso e das pausas orais e escritas, além de participarem de todas as funções da sintaxe, gramaticais, entonacionais e semânticas. Tendo isso em consideração e mobilizando seus conhecimentos a respeito do assunto, analise as sentenças que seguem. Atente-se ao fato de que os usos dos sinais de pontuação devem ser analisados também à luz do texto como um todo e não apenas das partes destacadas:

I.No trecho: *Expressões como "flor", "querida", "diva" ou "amorzinho" aparecem frequentemente em ambientes profissionais e acadêmicos como formas aparentemente inofensivas de interação*, entre os vários empregos possíveis das aspas, elas foram usadas para ressaltar as expressões dentro do texto, destacando-as, e não para dar-lhes um sentido particular.

II.No trecho: *Quando o ataque vem travestido de humor ou informalidade, a reação feminina costuma ser percebida como exagerada*, tem-se o uso da vírgula para separar a oração subordinada adverbial anteposta à oração principal, marcando seu deslocamento ou a quebra da ordem natural da estrutura frasal.

III.No trecho: *Foi justamente esse o sentido do meu questionamento no grupo de WhatsApp, aquele que foi respondido com a frase misógina do começo deste artigo: o de discutir quais estratégias poderiam ser construídas para promover inclusão social de forma efetiva*, os dois-pontos foram usados corretamente, uma vez que indicam uma suspensão do discurso ao qual se segue a explicação, o detalhamento de uma informação.

IV.Nos excertos: *Em minha pesquisa de doutorado sobre gênero, pobreza e raça, tenho encontrado um elemento recorrente: mulheres — sobretudo negras e oriundas de contextos de vulnerabilidade social — frequentemente crescem sem se perceber como sujeitos possíveis de influência e poder e Mulheres que ocupam espaços públicos de fala — jornalistas, pesquisadoras, políticas ou ativistas — tornaram-se alvos recorrentes de ataques coordenados e campanhas de intimidação*, os travessões foram usados pelo mesmo motivo, delimitando um adendo, um comentário ou uma ponderação que se intercala no discurso. Nos dois casos, o uso de parênteses também é uma opção válida e possível.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) II e IV, apenas.

### Questão 04

(Correta: A)

De acordo com o texto, "Essa misoginia raramente se apresenta apenas por meio de agressões explícitas. Em muitos casos, ela opera de forma simbólica e cotidiana: no tom condescendente, na ironia, na tentativa de transformar mulheres assertivas em figuras 'emocionais', 'agressivas' ou 'difíceis'. Quando o ataque vem travestido de humor ou informalidade, a reação feminina costuma ser percebida como exagerada". Tendo isso em consideração e a leitura do texto como um todo, e mobilizando seus conhecimentos prévios, analise as sentenças e registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

( ) Quando se discute a misoginia, situações como a descrita na citação não costumam ser vistas como violência porque não há ameaças explícitas ou agressões físicas. Entretanto, esses comentários, supostamente banais, movimentam a forma como a mulher é vista pela sociedade, isto é, ela deixa de ser considerada uma interlocutora legítima para se tornar alguém passível, por exemplo, de ridicularização.

( ) As redes sociais virtuais, por exemplo, ampliaram as possibilidades de gestos misóginos, uma vez que são espaços usados para ataques coordenados e campanhas de intimidação. Porém, isso se limita às mulheres públicas, que são mais visíveis e suscetíveis à misoginia, não atingindo mulheres comuns.

( ) A misoginia se materializa tanto naqueles episódios considerados tipicamente violentos quanto em gestos cotidianos entendidos como corriqueiros, pequenos, muitas vezes resumidos a "foi só uma brincadeira". Esses gestos reproduzem o discurso misógino, reduzindo e deslegitimando a autoridade da fala feminina em espaços públicos, profissionais e intelectuais.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – F – V.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – V.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 5 a 6.

[...]

Se o *flâneur*\* do século 19 prenunciava a crise de identidade, hoje o cidadão globalizado tem de se entender com seus outros espaços e tempos, que não passam somente pelo estar aqui e agora. Aqui não mais representa um lugar, e agora não mais representa um momento.

É claro que não se trata aqui de um tratado sobre guerra/terrorismo, ou mesmo sobre o conceito de nação, mas sim de tentar, pelo viés artístico, apontar as transformações por que passa nossa cultura contemporânea, marcada pela visualidade e por um estágio de intensa mistura entre as mais diversas formas de construção imagética, na qual temos de lidar com a crise das passagens entre real-virtual-real.

Para o filósofo Alain Renaud, que se tem destacado por suas análises das relações entre a cultura e a tecnologia, a noção de visibilidade cultural hoje está ligada aos processos de simulação interativa, que permitem antecipar o real físico, reproduzi-lo e manipulá-lo. Dentro dessas novas estruturas, aquela que o autor denomina "imagem espetáculo" é substituída pelo "simulacro interativo", o que gera uma transformação radical não apenas no conceito de representação, mas, sobretudo, na relação com o real.

Se analisarmos a mídia, a indústria cultural vem (re)tratando a sociedade como um espetáculo; ela tem autoridade para transformar eventos tão díspares como guerra ou vida cotidiana em simulacros de shows e games. Podemos afirmar que não estamos mais no terreno do Grande Irmão, de George Orwell, em seu livro 1984, e sim imersos no universo descrito por Peter Weil no filme Truman Show (1998), que narra a história de um vendedor de seguros (Jim Carrey) que tem sua vida virada de cabeça para baixo quando descobre que é o astro, desde que nasceu, de um show de televisão dedicado a acompanhar todos os passos de sua existência.

Não é gratuito, aqui, substituir uma referência literária por uma cinematográfica. É claro que a indústria cultural não despreza a literatura, mas o cinema há muito tempo substituiu no imaginário popular, ou das massas, para usar uma expressão cara à indústria cultural, a referência cultural. [...]

(Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/a-moda-como-manifesto-da-arte/>. Acesso em: 02 jul. 2026. Adaptado.)

\*pessoa (do sexo masculino) que perambula, observando o que vê; flâneador

## Questão 05

(Correta: E)

No segundo parágrafo do texto, a expressão "por que" foi usada corretamente:

*É claro que não se trata aqui de um tratado sobre guerra/terrorismo, ou mesmo sobre o conceito de nação, mas sim de tentar, pelo viés artístico, apontar as*

*transformações por que passa nossa cultura contemporânea, marcada pela visualidade e por um estágio de intensa mistura entre as mais diversas formas de construção imagética, na qual temos de lidar com a crise das passagens entre real-virtual-real.*

As sentenças a seguir foram adaptadas a partir de trechos do texto. Analise cada uma quanto ao uso dos **porquês**:

I.A indústria cultural (re)trata a sociedade como um espetáculo **porque** ela tem autoridade para transformar eventos tão díspares como guerra ou vida cotidiana em simulacros de shows e games.

II.No contexto atual, é preciso compreender o **porquê** de o cinema, há muito tempo, ter substituído, no imaginário popular, a referência cultural.

III.**Por quê** o cidadão globalizado tem de se entender com seus outros espaços e tempos, que não passam somente pelo estar aqui e agora?

IV.Se há diversas formas de construção imagética e temos de lidar com a crise das passagens entre real-virtual-real, também precisamos entender **por que**.

Está correto o uso em:

- (A) III e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I e II, apenas

## Questão 06

(Correta: D)

No processo de construção do texto e dos sentidos, a coesão textual é essencial para articular as ideias e evitar repetições desnecessárias e ideias confusas. No texto, o autor lançou mão de recursos coesivos que possibilitaram apresentar um texto claro para o leitor. Analise as sentenças a seguir, considerando o texto como um todo, e registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

( )No terceiro parágrafo, o autor faz a seguinte construção: *Dentro dessas novas estruturas*. O pronome demonstrativo "essas" estabelece uma relação com algo que já foi mencionado explícita ou implicitamente no texto. No caso, o leitor precisa mobilizar seus conhecimentos prévios e compreender que o pronome se refere ao conjunto de ideias expressas em "a noção de visibilidade cultural hoje está ligada aos processos de simulação interativa, que permitem antecipar o real físico, reproduzi-lo e manipulá-lo", interpretando quais "novas estruturas" estão contidas dentro desse conjunto.

( )Ainda no terceiro parágrafo, o pronome demonstrativo "aquela" não tem referente explícito no texto, o que torna impossível para o leitor deduzir ou entender a respeito de que o autor trata. Isso resulta em um problema de coesão textual.

( )No trecho: *a noção de visibilidade cultural hoje está*

ligada aos processos de simulação interativa, **que** permitem antecipar o real físico, reproduzi-lo e manipulá-lo, o pronome relativo "que" se refere a "processos" (de simulação interativa) e poderia ser substituído por "os quais", mantendo o sentido do texto.

( ) No quarto parágrafo, especificamente no trecho **que** narra a história de um vendedor de seguros (Jim Carrey) **que** tem sua vida virada de cabeça para baixo, o primeiro pronome destacado tem como referente Truman Show. Já o segundo deixou o trecho ambíguo porque não é possível identificar com clareza se ele se refere a "vendedor de seguros" ou a "Jim Carrey".

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – V – V – V.
- (B) F – F – F – F.
- (C) F – F – V – V.
- (D) V – F – V – F.
- (E) V – V – F – F.

### Questão 07

(Correta: E)

A regência, na língua portuguesa, é uma condição de subordinação entre os complementos às palavras que os preveem na sua significação. No caso dos verbos, quando eles preveem complementos, estes podem pedir regência ou não, o que se dará pelo uso de preposições. Desse modo, tratar da regência verbal é tratar da transitividade dos verbos, ou seja, se pedem ou não complemento. Tendo isso em consideração e mobilizando seus conhecimentos prévios, analise as sentenças a seguir e a explicação dada para os verbos destacados e sua relação com seus complementos:

I. *Combater a desigualdade social **implica** (em) adotar medidas que promovam também acesso a políticas públicas de distribuição de renda:* o verbo "implicar" no sentido de "ter como consequência, resultar, acarretar, originar, pressupor, exigir, tornar necessário" tanto pode reger seu complemento com a preposição "em", sendo transitivo indireto, como pode ser transitivo direto.

II. *A medida adotada para combater a desigualdade social **agradou** a todas as pessoas beneficiárias da política pública:* o verbo "agradar", em qualquer contexto, é transitivo indireto (agradar a...). Desse modo, são incorretas as seguintes construções: *A criança chorava e a mãe, para acalmá-la, se pôs a **agradá-la*** (transitivo direto) e *A criança se **agrada** com qualquer afago* (transitivo direto pronominal e transitivo indireto).

III. *A mediadora **procedeu** à leitura coletiva da obra censurada, pois ela sabia que a censura ao livro com base no argumento de que as protagonistas eram negras não **procedia**.* No exemplo, na primeira ocorrência do verbo "proceder", ele tem o sentido de "executar, realizar, levar a efeito", sendo transitivo indireto, regendo seu complemento pela preposição "a".

Está correto que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I e III, apenas.

### Questão 08

(Correta: C)

A respeito da concordância nominal, analise as sentenças a seguir

I. No que se refere à flexão de gênero, os numerais são invariáveis, exceto um/uma, dois/duas e ambos/ambas. Nesse caso, é correta a seguinte construção, considerando a concordância nominal: **Ambas** as mãos agarraram o livro como se este fosse o único bem que ela possuía.

II. Se o sujeito da oração tiver por núcleo o substantivo *milhões*, acompanhado de adjunto preposicionado no plural, cujo núcleo é um feminino, o particípio ou o adjetivo pode concordar no masculino com seu núcleo, ou no feminino, com o substantivo preposicionado do adjunto. Nesse caso, são corretas as duas concordâncias: *Ministro da Educação prevê mais de 4,5 milhões de pessoas **inscritos/inscritas** no Enem em 2026.*

III. Os adjuntos que acompanham *milhar* concordam com seus núcleos, sendo corretas as seguintes construções quanto à concordância nominal: **Alguns** milhares de **alunos** de Ensino Médio se inscreveram para o Enem em 2026 e **Algumas** milhares de **alunas** do Ensino Médio se inscreveram para o Enem em 2026.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

### Questão 09

(Correta: D)

Analise as sentenças que seguem a respeito do emprego do acento grave (crase) e assinale a correta:

- (A) De sete **às** nove, se dedicou a ler o artigo. Queria ter embasamento para escrever seu ensaio.
- (B) Foram os primeiros a chegar **à** terra firme. Não queriam permanecer nem mais um minuto a bordo.
- (C) Não disseram nada **à** ela, queriam poupá-la porque seria testemunha do julgamento no dia seguinte.
- (D) O fogo destruiu toda a mata até **à** represa. Não sobrou absolutamente nada, nem vegetação, nem casa, nem sonhos.
- (E) Esteve cara **à** cara com a testemunha, mas decidi não indagá-la.

## Questão 10

(Correta: B)

Analise as sentenças a seguir e assinale aquela em que a grafia da palavra destacada está correta:

- (A) Desta vez, estará presente o **caboverdiano** Germano Almeida, vencedor do Prêmio Camões.
- (B) A edição de outubro da *Quatro Cinco Um* aborda também resenhas de diversos livros **recém-lançados**.
- (C) Um pouco antes, na Festa Literária Internacional de Paraty – Flip, o tema da **re-escrita** ganhou destaque em mesas oficiais e também na programação paralela da Feira Literária.
- (D) Desde a década de 1980, a produção de escritores que assumem seu pertencimento enquanto sujeitos vinculados a uma etnicidade **afro-descendente** cresce em volume e começa a ocupar espaço na cena cultural.
- (E) O Convento das Mercês volta a ser palco de mais uma edição do *Conversações de além mar*, projeto internacional que tem como propósito divulgar a literatura produzida em língua portuguesa.

## RACIOCÍNIO LÓGICO

### Questão 11

(Correta: E)

Um funcionário deve arquivar 1.188 páginas de um processo em 9 pastas, de modo que todas as pastas tenham a mesma quantidade de páginas. Em seguida, cada pasta deve ser subdividida em 4 seções internas, também com a mesma quantidade de páginas em cada seção. Nessas condições, o número de páginas em cada seção interna de uma pasta será de:

- (A) 42.
- (B) 30.
- (C) 27.
- (D) 36.
- (E) 33.

### Questão 12

(Correta: B)

Um perito recebeu R\$ 5.400,00 por 12 horas de trabalho na elaboração de um laudo técnico. Considerando que o valor recebido é diretamente proporcional ao número de horas trabalhadas e que a taxa de pagamento por hora permanece constante em novos trabalhos, o valor a ser recebido pelo mesmo perito por um trabalho de 21 horas será de:

- (A) R\$ 9.500,00.
- (B) R\$ 9.450,00.
- (C) R\$ 9.600,00.
- (D) R\$ 9.000,00.

(E) R\$ 9.850,00.

### Questão 13

(Correta: E)

Em uma ação judicial, uma empresa foi condenada ao pagamento de uma multa de R\$ 230.000,00. Além desse valor, a empresa também deverá pagar custos adicionais correspondentes a 18% do valor da multa. Dessa forma, pode-se afirmar que o valor total a ser desembolsado pela empresa (multa mais custos adicionais) será de:

- (A) R\$ 271.000,00.
- (B) R\$ 254.000,00.
- (C) R\$ 234.140,00.
- (D) R\$ 254.840,00.
- (E) R\$ 271.400,00.

### Questão 14

(Correta: E)

Em um tribunal, uma audiência estava prevista para ter início às 8h e término às 11h40min. Por conta de problemas técnicos, a sessão iniciou com atraso de 1 hora e 25 minutos em relação ao horário originalmente previsto. Porém, mesmo com o atraso no horário de início, a audiência foi encerrada 50 minutos antes do horário previsto para o seu término. Dessa forma, pode-se afirmar que o tempo efetivo de duração da audiência foi de:

- (A) 2 horas e 15 minutos.
- (B) 1 hora e 35 minutos.
- (C) 1 hora e 45 minutos.
- (D) 2 horas e 05 minutos.
- (E) 1 hora e 25 minutos.

### Questão 15

(Correta: C)

Em um processo de inventário, uma determinada herança foi dividida integralmente entre três herdeiros. O primeiro herdeiro recebeu dois quintos da herança, o segundo herdeiro recebeu um quarto da herança e o terceiro herdeiro recebeu exatamente o restante. Considerando essas informações, assinale a alternativa correta:

- (A) O segundo herdeiro ficou com um percentual da herança maior que o percentual do primeiro herdeiro.
- (B) O primeiro herdeiro recebeu 25% da herança.
- (C) O terceiro herdeiro ficou com 35% da herança.
- (D) O terceiro herdeiro ficou com um quinto da herança.
- (E) O primeiro herdeiro ficou com um percentual da herança menor que o percentual do terceiro herdeiro.

## CONHECIMENTOS GERAIS

### Questão 16

(Correta: D)

O território que hoje corresponde a Curitiba consolidou-se historicamente como ponto de passagem e pouso na rota que interligava as regiões Sul e Sudeste do país, condição que estruturou tanto sua formação social quanto sua trajetória econômica. Considerando os fatores históricos, sociais e econômicos que caracterizam o município, analise as afirmativas a seguir:

I.A origem do núcleo urbano vincula-se ao tropeirismo, atividade que conferiu ao local a condição de ponto estratégico de ligação entre o Sul e o Sudeste brasileiros.

II.A região foi palco de movimentos sociais de relevo na história brasileira, entre os quais se destacam a Guerra do Contestado e a Revolução Farroupilha.

III.A trajetória econômica municipal caracteriza-se pela sucessão de ciclos, compreendendo a pecuária, a exploração madeireira e a agricultura.

É correto o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

### Questão 17

(Correta: D)

Considere as disposições da Lei Complementar n.º 74/2011 acerca do plano de carreira e da composição remuneratória dos servidores do Poder Legislativo de Curitiba. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

( ) A progressão vertical corresponde à mudança de nível pela conclusão de pós-graduação na área de atuação do cargo, com acréscimos de 10%, 13% e 18%.

( ) A progressão horizontal corresponde à mudança de referência, até o limite de 50% do vencimento inicial, sem confundir-se com o anuênio limitado a 35%.

( ) O servidor efetivo, investido em cargo em comissão, pode optar pelo vencimento do cargo efetivo acrescido de 40% do vencimento do próprio cargo efetivo.

( ) O servidor efetivo, investido em função gratificada, percebe o vencimento do cargo efetivo acrescido da remuneração da função designada.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – F – F – V.
- (B) F – F – V – F.
- (C) V – F – V – F.

(D) V – V – F – V.

(E) F – V – F – V.

### Questão 18

(Correta: E)

Associe a segunda coluna de acordo com a primeira, relacionando situações previstas na Resolução n.º 1/2025 com seus respectivos efeitos remuneratórios:

#### Primeira coluna: situações

- 1.Falta injustificada ao serviço
- 2.Atraso, ausência ou saída antecipada igual ou superior a dez minutos não debitada no banco de horas
- 3.Consignação autorizada em folha de pagamento
- 4.Nomeação de servidor efetivo para cargo em comissão

#### Segunda coluna: efeitos remuneratórios

( ) Pode ocorrer em favor de terceiros, mediante autorização, observado o limite de 35% da remuneração bruta.

( ) Gera débito do valor correspondente aos dias de ausência.

( ) Gera débito da remuneração do cargo efetivo, ressalvados o direito de opção e a acumulação permitida.

( ) Gera desconto proporcional da remuneração diária, salvo abono pelo Presidente da Câmara.

Assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre as colunas:

- (A) 4 – 1 – 3 – 2.
- (B) 1 – 3 – 2 – 4.
- (C) 3 – 2 – 4 – 1.
- (D) 2 – 4 – 1 – 3.
- (E) 3 – 1 – 4 – 2.

### Questão 19

(Correta: C)

Em determinada situação administrativa, devem ser examinados quatro atos relativos a servidores municipais: posse de servidor do Poder Legislativo; posse de servidor de fundação pública municipal; suspensão de 45 dias aplicada a servidor da Câmara; e requerimento de revisão de processo de servidor de autarquia. Considerando a Lei Complementar n.º 26/2002, a sequência correta das autoridades competentes é:

- (A) Presidente da Câmara – Dirigente Superior da Fundação – Autoridade regimental – Presidente da Câmara.
- (B) Prefeito Municipal – Dirigente Superior da Fundação – Presidente da Câmara – Prefeito Municipal.

- (C) Presidente da Câmara – Dirigente Superior da Fundação – Presidente da Câmara – Autoridade superior da autarquia.
- (D) Dirigente Superior do Legislativo – Prefeito Municipal – Presidente da Câmara – Autoridade regimental.
- (E) Presidente da Câmara – Prefeito Municipal – Autoridade regimental – Autoridade superior da autarquia.

## Questão 20

**(Correta: D)**

Em audiência pública, um vereador sustenta que a Câmara Municipal "sempre foi apenas casa de leis" e que sua especialização legislativa remonta às origens da instituição no Brasil. Um assessor jurídico observa que tal leitura desconsidera o percurso histórico da instituição. Tendo em vista a trajetória das Câmaras Municipais brasileiras, assinale a alternativa que fundamenta corretamente a observação do assessor:

- (A) A especialização legislativa consolidou-se no início do período republicano, quando os governos estaduais transferiram às casas eleitas a integralidade das atribuições antes exercidas por órgãos nomeados.
- (B) A especialização legislativa decorreu da supressão das casas municipais sob regime autoritário que, ao reabri-las, transferiu-lhes as funções de arrecadação tributária e de gestão do patrimônio público local.
- (C) A especialização legislativa acompanha a instituição desde sua implantação no período colonial, quando as câmaras já se restringiam à edição de posturas e à deliberação sobre matérias de interesse local.
- (D) A especialização legislativa resulta de processo histórico em que competências antes concentradas foram sendo destacadas, notadamente com a criação das prefeituras, às quais se atribuíram as funções executivas municipais.
- (E) A especialização legislativa decorre da retração de autonomia imposta no Império, período em que as câmaras foram convertidas em corporações judicantes com jurisdição contenciosa sobre matérias municipais.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Questão 21

**(Correta: B)**

Associe a segunda coluna de acordo com a primeira, relacionando as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público com as respectivas classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) utilizadas para a elaboração do seu quadro principal:

**Primeira coluna: demonstração contábil**

1. Demonstração das Variações Patrimoniais
2. Balanço Orçamentário

3. Balanço Patrimonial

**Segunda coluna: classes do PCASP utilizadas**

( ) Elaborado(a) a partir dos saldos das contas das classes 5 e 6.

( ) Elaborado(a) a partir dos saldos das contas das classes 1 e 2.

( ) Elaborado(a) a partir dos saldos das contas das classes 3 e 4.

Assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre as colunas:

- (A) 2 – 1 – 3.
- (B) 2 – 3 – 1.
- (C) 1 – 2 – 3.
- (D) 3 – 2 – 1.
- (E) 3 – 1 – 2.

### Questão 22

**(Correta: D)**

No mês de março de 2026, um ente público adquiriu um veículo operacional pelo valor total de R\$ 150.000,00. O contrato de compra determinou que o pagamento fosse realizado da seguinte forma: R\$ 30.000,00 transferidos à vista, utilizando recursos da Conta Única do ente, e o saldo remanescente parcelado em 6 meses. Considerando exclusivamente a ótica patrimonial e os registros contábeis decorrentes dessa transação no momento da aquisição, é correto afirmar que ocorreu, em termos líquidos:

- (A) Aumento do Ativo no valor de R\$ 150.000,00 e aumento do Passivo no valor de R\$ 150.000,00.
- (B) Aumento do Ativo no valor de R\$ 150.000,00 e aumento do Passivo no valor de R\$ 120.000,00.
- (C) Aumento do Ativo no valor de R\$ 120.000,00 e aumento do Passivo no valor de R\$ 30.000,00.
- (D) Aumento do Ativo no valor de R\$ 120.000,00 e aumento do Passivo no valor de R\$ 120.000,00.
- (E) Aumento do Ativo no valor de R\$ 180.000,00 e aumento do Passivo no valor de R\$ 120.000,00.

### Questão 23

**(Correta: D)**

Sobre o sistema patrimonial da Contabilidade Pública, julgue os itens a seguir:

I. O registro das transações no sistema patrimonial da administração pública segue o regime misto, reconhecendo as variações patrimoniais aumentativas (VPA) no momento da arrecadação e as diminutivas (VPD) no momento do empenho.

II. O sistema patrimonial evidencia a perda da capacidade de geração de serviços ou dos benefícios econômicos dos ativos por meio do reconhecimento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão como variações patrimoniais diminutivas (VPD) nos períodos

em que ocorrem.

III.No sistema patrimonial governamental, os estoques mantidos para distribuição gratuita devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.

## Questão 24

(Correta: B)

Analise os saldos do Balanço Orçamentário de um ente público apresentados a seguir:

- Receita prevista: R\$ 750.000,00
- Receita arrecadada: R\$ 770.000,00
- Despesa fixada: R\$ 750.000,00
- Despesa empenhada: R\$ 690.000,00
- Despesa liquidada: R\$ 660.000,00
- Despesa paga: R\$ 650.000,00

A partir dos saldos apresentados, é correto afirmar que houve:

- (A) Economia de despesa de R\$ 40.000,00.
- (B) Superávit orçamentário de R\$ 80.000,00.
- (C) Insuficiência de arrecadação de R\$ 20.000,00.
- (D) Excesso de arrecadação de R\$ 120.000,00.
- (E) Déficit orçamentário de R\$ 70.000,00.

## Questão 25

(Correta: A)

Ao analisar a situação hipotética da execução da despesa orçamentária de um determinado município do estado de Santa Catarina referente ao exercício financeiro de 2025, a Controladoria Interna constatou os seguintes fatos:

- Empenho de despesas referentes à aquisição de equipamentos de informática no valor total de R\$ 200.000,00;
- Empenho para prestação de serviços de limpeza terceirizada no valor de R\$ 40.000,00;
- O fornecedor de informática entregou parte dos equipamentos, totalizando R\$ 80.000,00, parcela que foi devidamente atestada e liquidada. A entrega do saldo remanescente ficou para o exercício seguinte;
- A tesouraria do município efetuou o pagamento de R\$ 50.000,00 a esse fornecedor, referente à parcela já liquidada dos equipamentos de informática;

- A empresa de limpeza prestou os serviços integralmente, ocorrendo a liquidação de 100% do contrato. No entanto, o município não realizou nenhum pagamento à empresa até o final do exercício.

De acordo com esses fatos, ao final do exercício, o Município deve inscrever em Restos a Pagar Não Processados e em Restos a Pagar Processados, respectivamente, os valores de:

- (A) R\$ 120.000,00 e R\$ 70.000,00.
- (B) R\$ 120.000,00 e R\$ 30.000,00.
- (C) R\$ 200.000,00 e R\$ 40.000,00.
- (D) R\$ 80.000,00 e R\$ 70.000,00.
- (E) R\$ 70.000,00 e R\$ 120.000,00.

## Questão 26

(Correta: B)

Os créditos adicionais são autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Com base no tema e na legislação aplicável, julgue os itens a seguir:

I.Enquanto os créditos suplementares têm por finalidade o reforço de uma dotação orçamentária já existente, os créditos especiais visam atender a despesas para as quais não haja previsão de dotação específica na LOA.

II.Entre as fontes de recursos admitidas para a abertura de créditos adicionais, encontra-se a reserva de contingência, conforme expressamente estabelecido na Lei Federal n.º 4.320/1964.

III.A aprovação e a abertura de créditos especiais e extraordinários estão condicionadas à indicação prévia de recursos disponíveis, admitindo-se, para esse fim, a utilização do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

## Questão 27

(Correta: D)

No que tange à execução orçamentária da despesa e à legislação aplicável, julgue as assertivas apresentadas a seguir. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

( )A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente determinando que a despesa seja paga.

( )É permitido o empenho por estimativa de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.

( )O estágio da liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, devendo ter

por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F – F – F.
- (B) V – V – V.
- (C) V – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

### Questão 28

(Correta: D)

A doutrina classifica como misto o regime orçamentário configurado pela Lei Federal n.º 4.320/1964. Nesse contexto legal, ao se considerar especificamente as receitas públicas, o seu reconhecimento ocorre pelo:

- (A) Regime patrimonial.
- (B) Regime de competência.
- (C) Regime misto.
- (D) Regime de caixa.
- (E) Regime de lançamento.

### Questão 29

(Correta: D)

O modelo orçamentário brasileiro, consagrado pela Constituição Federal de 1988, estabeleceu um sistema integrado de planejamento composto por três instrumentos fundamentais. Nesse contexto normativo, o instrumento legal responsável por estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes é denominado:

- (A) Lei Orçamentária Anual.
- (B) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) Anexo de Metas Fiscais.
- (D) Plano Plurianual.
- (E) Programa de Metas Governamentais.

### Questão 30

(Correta: B)

Na estrutura de transparência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a verificação contínua do cumprimento dos limites da despesa com pessoal ocorre por meio do:

- (A) Balanço Patrimonial.
- (B) Relatório de Gestão Fiscal.
- (C) Plano Plurianual.
- (D) Anexo de Metas Fiscais.
- (E) Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

### Questão 31

(Correta: D)

Sobre o contexto orçamentário brasileiro, julgue as assertivas a seguir. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

( ) O orçamento público é o instrumento de viabilização do planejamento governamental e de realização das políticas públicas.

( ) O orçamento anual da União é composto pelos orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos das Estatais.

( ) No orçamento moderno, todas as despesas públicas devem ser inseridas no orçamento anual sob a forma de programa.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – F – V.
- (B) F – F – V.
- (C) F – V – F.
- (D) V – V – V.
- (E) V – F – F.

### Questão 32

(Correta: B)

A Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Com base nos dispositivos dessa lei, amplamente conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), analise os itens apresentados a seguir:

I. Considera-se despesa obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a doze meses.

II. É vedado ao prefeito municipal, no último ano do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem a suficiente disponibilidade de caixa.

III. A concessão ou ampliação de benefício tributário da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

É correto o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

### Questão 33

(Correta: E)

Considere as afirmativas relacionadas à gestão de riscos e controle no setor público apresentadas a seguir. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

( ) O ambiente de controle provê uma atmosfera na qual as pessoas conduzem suas atividades e cumprem suas responsabilidades, estando relacionado aos controles não operacionais, como a integridade e os valores éticos da organização.

( ) A atitude de aceitar o risco não é considerada uma resposta válida ao risco, pois representa uma inércia passiva na qual nenhuma opção foi identificada para reduzir o seu impacto.

( ) Diferentemente das atividades de controle, que visam tratar os riscos, o monitoramento tem o objetivo de identificar fragilidades e possibilidades de melhorias.

( ) Durante a identificação de eventos, situações em potencial que ainda não ocorreram podem causar impacto na organização, sendo os eventos negativos classificados como riscos e os positivos, como oportunidades.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F – V – F – F.
- (B) F – F – V – F.
- (C) V – V – F – V.
- (D) F – V – F – V.
- (E) V – F – V – V.

### Questão 34

(Correta: E)

De acordo com a Lei Complementar Estadual n.º 202/2000 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Santa Catarina, analise algumas das competências do Tribunal de Contas de Santa Catarina apresentadas a seguir:

I. Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores da administração direta e indireta, incluídas as sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, compreendendo-se como tal a entidade para cujo custeio o erário concorra com mais de cinquenta por cento da receita anual.

II. Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as nomeações para cargo de provimento em comissão.

III. Sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa, exceto no caso de contrato, cuja sustação será adotada diretamente pela própria Assembleia.

IV. Responder consultas de autoridades competentes sobre interpretação de lei ou questão formulada em tese,

relativas à matéria sujeita à sua fiscalização, sendo que as decisões tomadas por no mínimo dois terços dos Conselheiros têm caráter normativo e constituem prejudgamento da tese.

É correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, III e IV, apenas.

### Questão 35

(Correta: B)

Sobre o Controle Governamental, julgue as assertivas a seguir:

I. No controle externo dos Municípios, o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas correspondente só deixará de prevalecer por decisão de, no mínimo, dois terços dos membros da Câmara Municipal.

II. O parecer considerado não modificado é aquele em que o auditor emite uma opinião com ressalva, uma opinião adversa ou, nos casos de limitação severa de escopo, uma abstenção de opinião.

III. No controle interno, a legalidade da execução orçamentária será verificada de maneira prévia, concomitante e subsequente.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II, apenas.

### Questão 36

(Correta: E)

A Mesa Diretora de uma Câmara Municipal, com o objetivo de fortalecer a governança e entregar maior valor público, instituiu um novo portal de transparência. Para garantir a segurança e a conformidade do projeto, o Presidente da Câmara determinou, por portaria, que a Auditoria Interna do Poder Legislativo Municipal assumisse a responsabilidade primária de implantar as respostas aos riscos tecnológicos diários da plataforma, bem como tomasse as decisões gerenciais sobre o *compliance* do projeto. Considerando a situação hipotética e o modelo de Três Linhas de Defesa preconizado no manual de Avaliação de Maturidade da Gestão de Riscos do TCU, assinale a alternativa correta:

- (A) O atual modelo está incorreto porque o *compliance* tecnológico e a gestão diária de controles formam a segunda linha de defesa, que deve obrigatoriamente ser executada por consultores externos e independentes.

- (B) A determinação é válida e aderente às melhores práticas, desde que a Auditoria Interna adote salvaguardas adequadas, pois o TCU admite que o órgão de terceira linha assuma a responsabilidade pela gestão de riscos operacionais em estruturas legislativas de menor porte.
- (C) A implantação de respostas aos riscos operacionais da plataforma caracteriza atividade típica da terceira linha de defesa. O erro do Presidente da Câmara limitou-se a transferir também as funções de *compliance*, que são exclusivas da segunda linha defensiva.
- (D) A gestão operacional diária do portal constitui a primeira linha de defesa, enquanto a coordenação de *compliance* representa a terceira linha. Logo, a portaria erra ao fundir ambas as linhas sob a responsabilidade do mesmo setor.
- (E) A Auditoria Interna constitui a terceira linha de defesa organizacional. Assumir a implantação de respostas aos riscos e tomar decisões gerenciais viola sua objetividade, uma vez que seu papel deve se concentrar em fornecer avaliações independentes sobre os processos de gerenciamento de riscos e controle.

### Questão 37

(Correta: E)

De acordo com as disposições da Lei n.º 12.527/2011, assinale a alternativa correta:

- (A) A entidade privada que cometer uma infração e for penalizada com a suspensão temporária de participar em licitação ficará impedida de firmar novos contratos com a administração pública por um prazo máximo de cinco anos.
- (B) O agente militar que violar as regras de acesso será responsabilizado de maneira exclusiva na esfera administrativa e disciplinar, sendo terminantemente proibida a aplicação conjunta de sanções penais ou civis para penalizar a mesma conduta.
- (C) A grave penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada por qualquer gestor do órgão, produzindo seus efeitos imediatamente e perdurando até que ocorra um pedido formal de reabilitação pela empresa penalizada.
- (D) A aplicação das sanções rigorosas previstas no normativo limita sua atuação exclusivamente aos agentes públicos, não existindo previsão legal para punir pessoas físicas ou entidades privadas que mantenham vínculo com o respectivo poder público brasileiro.
- (E) As condutas ilícitas descritas expressamente na lei, como a recusa injustificada de fornecimento de informação, configuram infrações administrativas que deverão ser apenadas, no mínimo, com suspensão, observada a legislação aplicável e o devido processo legal.

### Questão 38

(Correta: D)

O Referencial Básico de Governança do Tribunal de Contas da União (TCU) estabelece práticas fundamentais para o mecanismo de controle no setor público, definindo contornos claros para a transparência e a *accountability*. A respeito desses conceitos e de sua aplicação pelas instâncias de governança, assinale a alternativa correta:

- (A) O princípio da transparência ativa desobriga a organização de manter serviços de informações passivas, visto que a divulgação contínua e voluntária de dados abertos na internet supre integralmente os preceitos exigidos pelo moderno controle social.
- (B) O estabelecimento do modelo de governança foca exclusivamente na criação de rigorosos e crescentes níveis de controle burocrático sobre a gestão, sendo a transparência uma ferramenta secundária aplicada somente após o encerramento total do exercício.
- (C) A efetivação plena da *accountability* no setor público depende apenas da manutenção de sistemas eletrônicos que garantam o acesso tempestivo aos orçamentos, dispensando a aplicação e estruturação interna de mecanismos de apuração e punição disciplinar.
- (D) A promoção da transparência por si só é insuficiente para assegurar a *accountability* governamental, pois esta demanda também a obrigatoriedade de justificação das decisões e a responsabilização efetiva dos agentes por suas respectivas condutas.
- (E) As diretrizes de governança determinam que a disponibilização das informações públicas pelas lideranças seja restrita aos dados expressamente previstos e exigidos pela legislação vigente, prevenindo assim a exposição desnecessária de rotinas operacionais da administração pública.

### Questão 39

(Correta: C)

A servidora W, controladora interna de uma Câmara de Vereadores, audita um processo em que a Mesa Diretora autorizou a aquisição de equipamentos de TI para dar apoio a um portal de transparência (estimado em R\$ 2 milhões) mediante concorrência, devido ao alto valor. No mesmo processo, autorizou a construção de uma rampa de acessibilidade (obra de R\$ 80 mil) mediante convite. Aplicando estritamente a Lei n.º 14.133/2021, W emite um parecer técnico apontando a ilegalidade nas escolhas. Considerando a situação hipotética e a transição de regimes entre a Lei n.º 8.666/1993 e a Lei n.º 14.133/2021, assinale a alternativa que reflete corretamente a fundamentação jurídica que deve constar no parecer emitido pelo controle interno:

- (A) W apontará que a inversão de fases tornou-se exceção discricionária na atual legislação, de modo que os equipamentos do portal deverão ser licitados obrigatoriamente sob o rito do concurso público para novos trabalhos tecnológicos.
- (B) O parecer indicará que a aquisição tecnológica do portal exige o diálogo competitivo devido à sua complexidade inerente, enquanto a construção da rampa deverá ocorrer mediante pregão eletrônico, exclusivamente em razão do seu baixo valor.
- (C) O critério do valor estimado foi abolido para definir modalidades. W deve apontar que os equipamentos exigem pregão por serem bens comuns, ressalvada a aplicação obrigatória da concorrência para a construção da rampa de acessibilidade.
- (D) A controladora destacará que a compra para o portal deve permanecer como concorrência pelo elevado valor, mas a construção da rampa precisará ser refeita sob a modalidade do pregão, visando garantir máxima celeridade no processo.
- (E) W deve validar a rampa, pois a nova legislação permitiu utilizar as antigas regras do convite para obras menores durante o período transitório, sendo necessário apenas anular a compra dos equipamentos do portal de dados.

### Questão 40

(Correta: A)

Sobre os poderes e deveres do administrador público, analise as assertivas a seguir:

I.As prerrogativas da Administração caracterizam-se como um "poder-dever de agir", sendo o seu exercício uma obrigação irrenunciável em benefício da comunidade. Contudo, a inércia do administrador diante de omissões genéricas pode afastar a ilegalidade caso a Administração comprove a real impossibilidade material de atuação, com base na teoria da "reserva do possível".

II.O abuso de poder manifesta-se sob duas modalidades distintas: o excesso de poder, que ocorre quando o agente atua fora dos limites de sua competência, e o desvio de poder (ou finalidade), que se configura quando o agente, embora atuando dentro de sua competência, busca alcançar um fim diverso daquele amparado pela lei.

III.A competência discricionária confere ao administrador a liberdade absoluta para eleger a conduta, não cabendo ao Poder Judiciário realizar controle de legalidade sobre a adequação dessa escolha à finalidade da lei, sob pena de indevida invasão do mérito administrativo.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e II apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III, apenas.

### Questão 41

(Correta: E)

O Município firmou um contrato de concessão para a prestação do serviço de transporte coletivo urbano com a empresa privada "Y". Para viabilizar a execução do serviço, o Município transferiu à concessionária a guarda e a utilização de um terminal rodoviário já existente. A "Y", por sua vez, adquiriu com recursos próprios novos ônibus para a frota, os quais, segundo o edital e o contrato, são classificados como bens privados não reversíveis. Paralelamente, a fim de arrecadar recursos para modernizar a infraestrutura da cidade, o Município decidiu alienar um vasto terreno baldio de sua propriedade, que não possui e nunca foi utilizado para qualquer finalidade pública. Contudo, a venda foi contestada por um particular que invadiu o terreno há duas décadas e ingressou com uma ação judicial alegando ter adquirido a área por usucapião.

Com base na situação hipotética e no regime jurídico dos bens públicos, julgue os itens a seguir e registre V, para verdadeiros, e F, para falsos:

( ) O terminal rodoviário transferido à "Y" classifica-se como bem de uso especial, uma vez que possui uma destinação pública específica. Durante a vigência do contrato, a empresa atua como possuidora desse bem público, que deverá reverter automaticamente ao concedente ao final da concessão.

( ) Os ônibus novos adquiridos pela "Y", mesmo definidos contratualmente como não reversíveis, integram automaticamente o domínio público do Município a partir do momento em que são afetados à prestação do serviço de transporte, perdendo sua natureza original de bens privados.

( ) O terreno baldio que o Município pretende alienar é classificado como bem dominical. Por não possuir afetação pública específica, o bem submete-se a restrições à alienação (alienabilidade condicionada), mas pode ser legalmente vendido pelo Poder Público.

( ) A pretensão do particular de adquirir o terreno baldio por usucapião é juridicamente viável. Por se tratar de um bem dominical (desafetado), ele perde as prerrogativas do regime de direito público, afastando-se o atributo da imprescritibilidade inerente aos bens de uso comum e especial.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F – V – V – F.
- (B) F – F – V – V.
- (C) V – V – F – F.
- (D) V – F – F – V.
- (E) V – F – V – F.

### Questão 42

(Correta: E)

O Título VI da Constituição Federal de 1988 dispõe

sobre a "Tributação e o Orçamento", e seu primeiro capítulo discorre sobre o "Sistema Tributário Nacional". Tomando-se por base este trecho da Carta Magna, é correto afirmar que:

- (A) As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos, desde que exigidas por ente federativos diferentes, o que descaracteriza uma possível bitributação.
- (B) Os Estados e Municípios podem estabelecer, justificadamente, diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- (C) A União não pode, em nenhuma hipótese, instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado ou a Município, em detrimento de outro.
- (D) Diante do princípio da igualdade, nem mesmo a lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação.
- (E) É vedada a instituição de tributos sobre o patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações e das entidades sindicais dos trabalhadores.

### Questão 43

(Correta: D)

Sobre o crédito tributário, assinale a alternativa correta:

- (A) As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade afetam consequentemente a obrigação tributária que lhe deu origem.
- (B) O lançamento rege-se pela lei vigente ao tempo deste ato administrativo, mas reporta-se à data da cobrança da obrigação.
- (C) O lançamento por declaração (ou misto) é aquele no qual se atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, e opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.
- (D) O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.
- (E) É causa de exclusão do crédito tributário o depósito de seu montante integral, que deve corresponder ao montante que o contribuinte considera como correto.

### Questão 44

(Correta: D)

Sobre a competência tributária dos Municípios, assinale a alternativa correta:

- (A) O imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição (ITBI), compete ao Município no qual domiciliado o vendedor ou cedente.
- (B) O contribuinte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) é o prestador ou o tomador do serviço, dependendo do estabelecido contratualmente entre eles.
- (C) Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, com cobrança obrigatória na fatura de consumo de energia elétrica.
- (D) Segundo a Constituição, cabe aos Municípios, mediante a edição de lei ordinária municipal, a instituição do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).
- (E) Contribuinte do Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, seu possuidor a qualquer título ou o locatário.

### Questão 45

(Correta: C)

"Cumpra obtemperar que a denominada atividade financeira do Estado compreende toda sorte de gestão de recursos pecuniários, sejam as receitas provenientes da tributação, sejam aquelas oriundas de bancos estatais, afora as advindas de explorações comerciais ou industriais, ou ainda a exploração de terrenos de marinha ou o monopólio postal e muitas.

Não escapa do conceito sob exame a obtenção de recursos provindos de penalidades pecuniárias, bem como a dívida pública, a emissão de moeda e quaisquer aspectos concernentes ao crédito público.

Enfim, em obséquio ao conceito firmado nestes comentários ora anotados, não demasia reafirmar que toda circulação de riqueza, em especial pecuniária, diz respeito à atividade financeira, embora, apenas uma parcela dela seja disciplinada pelo direito financeiro."

(JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. Normas Gerais de Direito Financeiro. In: Enciclopédia Jurídica da PUC-SP. Tomo Direito Tributário, ed. 1, 2019.)

Sobre este tema, é correto afirmar que:

- (A) A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- (B) Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas e pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

- (C) Segundo a Lei n.º 4.320/1964, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, o que representa a adoção do regime de caixa para o ingresso das receitas públicas.
- (D) Os créditos adicionais suplementares são os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- (E) O princípio orçamentário da anualidade determina que a Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

### Questão 46

**(Correta: B)**

O Município Z, por meio de sua Secretaria de Saúde, sofreu um ataque cibernético que resultou no vazamento de dados médicos confidenciais de centenas de pacientes atendidos pelo SUS. A investigação técnica apontou que o incidente ocorreu porque a municipalidade falhou gravemente em implementar os sistemas de segurança técnicos e administrativos exigidos pela legislação. Diante da gravidade, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) instaurou processo administrativo para apurar a infração. Com base nas disposições da LGPD sobre a aplicação de sanções administrativas, assinale a alternativa correta:

- (A) A ANPD está autorizada a aplicar imediatamente a suspensão total das atividades de atendimento médico do SUS, sem a necessidade de aplicação prévia de sanções mais brandas.
- (B) A ANPD poderá aplicar ao Município sanções como advertência, publicização da infração e bloqueio dos dados, mas está proibida de aplicar multas financeiras simples ou diárias.
- (C) Por tratar-se de ente do Poder Público, o Município goza de imunidade administrativa total perante a LGPD, não podendo sofrer nenhum tipo de sanção por parte da ANPD.
- (D) A ANPD poderá aplicar ao Município uma multa simples de até 2% do faturamento público do último exercício, limitada ao teto absoluto de R\$ 50.000.000,00 por infração.
- (E) O produto de qualquer multa que venha a ser efetivamente arrecadada pela ANPD neste caso será destinado integralmente ao Fundo Municipal de Saúde do Município.

### Questão 47

**(Correta: A)**

Uma grande rede de escolas voltada especificamente a cursos de liderança, cultura e desenvolvimento resolveu implementar um sistema de controle de acesso de alunos por meio de biometria facial. Para evitar contestações, a diretoria jurídica da empresa sugeriu

embasar essa coleta na base legal do "Legítimo Interesse", sob o argumento de que a medida é necessária para evitar fraudes na entrada do estabelecimento. Determinada aluna sentiu-se desconfortável com a coleta de sua imagem e questionou a legalidade do procedimento. Considerando as regras da LGPD, assinale a alternativa correta:

- (A) A conduta é inválida, pois a biometria facial é classificada como dado pessoal sensível, categoria que possui um rol restrito de bases legais que não inclui o Legítimo Interesse.
- (B) O procedimento estaria correto se a escola utilizasse a base legal da Proteção do Crédito, que também é amplamente admitida pela LGPD para o tratamento de dados pessoais sensíveis.
- (C) O tratamento de dados sensíveis na modalidade biométrica prescinde de qualquer base legal na LGPD, bastando que a empresa demonstre a boa-fé e a segurança da informação.
- (D) A conduta é plenamente válida, uma vez que o Legítimo Interesse do controlador pode ser utilizado de forma ampla para justificar o tratamento de qualquer tipo de dado, inclusive os biométricos.
- (E) A aluna não pode se opor ao tratamento porque a LGPD não se aplica a pessoas jurídicas de direito privado quando tratam dados em ambientes puramente físicos.

### Questão 48

**(Correta: D)**

O funcionário público X solicitou um financiamento imobiliário junto a uma instituição bancária privada para comprar sua casa própria. Após alguns minutos, recebeu uma notificação eletrônica informando que seu pedido havia sido negado de forma automática por um sistema algorítmico de score de crédito. Inconformado, X entrou em contato com o banco exigindo, com base na LGPD, que a decisão fosse revisada e avaliada especificamente por um funcionário humano da instituição. Diante do cenário apresentado e das regras vigentes na LGPD, assinale a alternativa correta:

- (A) O direito de revisão de decisões automatizadas aplica-se exclusivamente aos órgãos da Administração Pública, não vinculando as instituições financeiras privadas.
- (B) O banco está obrigado a designar um funcionário humano para refazer toda a análise de X, sob pena de nulidade absoluta da decisão algorítmica.
- (C) Caso o banco se recuse a explicar os critérios da decisão alegando segredo comercial, o titular perde o direito de acionar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- (D) O banco é obrigado a acolher o pedido de revisão de X, mas a lei não exige que essa revisão seja realizada por uma intervenção humana.

- (E) X não possui o direito de exigir a revisão de decisões baseadas em tratamentos automatizados que afetem seus interesses financeiros.

### Questão 49

**(Correta: E)**

Em procedimento de contratação na Câmara Municipal, um servidor da área técnica é convidado por uma empresa interessada para um evento custeado. Seu familiar presta consultoria à empresa, e o servidor teve acesso à minuta interna ainda pendente de divulgação oficial. Considerando a ética profissional no serviço público, analise as afirmativas apresentadas a seguir:

I.A publicidade prévia do convite regulariza a participação no evento e preserva a atuação do servidor no processo.

II.É importante que o servidor comunique a situação e afaste-se dos atos que possam comprometer sua imparcialidade.

III.O dever de reserva sobre minuta interna depende de classificação formal de sigilo pela autoridade competente.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

### Questão 50

**(Correta: E)**

Na Câmara Municipal, a procuradoria jurídica, controle interno, secretaria legislativa e setor administrativo divergem sobre prazos e responsabilidades. A chefia busca melhorar o relacionamento funcional, preservando autonomia técnica e rastreabilidade. Considerando relações humanas no trabalho, analise as afirmativas apresentadas a seguir:

I.A gestão de conflitos deve distinguir divergência técnica de conflito pessoal, com escuta e critérios institucionais.

II.A comunicação assertiva recomenda reduzir registros formais em temas sensíveis para preservar vínculos.

III.A confiança entre setores autoriza dispensar validações previstas em fluxo formal quando houver entrega tempestiva.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I, apenas.



## FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

| Questões | RESPOSTAS |   |   |   |   |
|----------|-----------|---|---|---|---|
| 01       | A         | B | C | D | E |
| 02       | A         | B | C | D | E |
| 03       | A         | B | C | D | E |
| 04       | A         | B | C | D | E |
| 05       | A         | B | C | D | E |
| 06       | A         | B | C | D | E |
| 07       | A         | B | C | D | E |
| 08       | A         | B | C | D | E |
| 09       | A         | B | C | D | E |
| 10       | A         | B | C | D | E |
| 11       | A         | B | C | D | E |
| 12       | A         | B | C | D | E |
| 13       | A         | B | C | D | E |
| 14       | A         | B | C | D | E |
| 15       | A         | B | C | D | E |
| 16       | A         | B | C | D | E |
| 17       | A         | B | C | D | E |
| 18       | A         | B | C | D | E |
| 19       | A         | B | C | D | E |
| 20       | A         | B | C | D | E |
| 21       | A         | B | C | D | E |
| 22       | A         | B | C | D | E |
| 23       | A         | B | C | D | E |
| 24       | A         | B | C | D | E |
| 25       | A         | B | C | D | E |

| Questões | RESPOSTAS |   |   |   |   |
|----------|-----------|---|---|---|---|
| 26       | A         | B | C | D | E |
| 27       | A         | B | C | D | E |
| 28       | A         | B | C | D | E |
| 29       | A         | B | C | D | E |
| 30       | A         | B | C | D | E |
| 31       | A         | B | C | D | E |
| 32       | A         | B | C | D | E |
| 33       | A         | B | C | D | E |
| 34       | A         | B | C | D | E |
| 35       | A         | B | C | D | E |
| 36       | A         | B | C | D | E |
| 37       | A         | B | C | D | E |
| 38       | A         | B | C | D | E |
| 39       | A         | B | C | D | E |
| 40       | A         | B | C | D | E |
| 41       | A         | B | C | D | E |
| 42       | A         | B | C | D | E |
| 43       | A         | B | C | D | E |
| 44       | A         | B | C | D | E |
| 45       | A         | B | C | D | E |
| 46       | A         | B | C | D | E |
| 47       | A         | B | C | D | E |
| 48       | A         | B | C | D | E |
| 49       | A         | B | C | D | E |
| 50       | A         | B | C | D | E |

### INFORMAÇÕES

O inteiro teor da prova e o gabarito preliminar serão divulgados até as **20h do dia 03 de agosto de 2026**, no endereço eletrônico <http://concursos.furb.br/>, na Área do Candidato.

O candidato que tiver qualquer discordância em relação às questões da Prova Objetiva ou ao gabarito preliminar divulgado poderá interpor recurso no período compreendido entre **00h00min01seg do dia 04 de agosto de 2026 e 23h59min59seg do dia 05 de agosto de 2026**.

02 de agosto de 2026